



PEC da Reforma da Previdência recebe mais de 370 emendas

Relatório de Tasso Jereissati será votado amanhã na CCJ. Ontem, em duas audiências na Comissão de Direitos Humanos, especialistas pediram mudanças em regras para deficiência e na proposta paralela

A proposta de emenda à Constituição da Reforma da Previdência já recebeu pelo menos 376 emendas com sugestões de mudanças. O relatório do senador Tasso Jereissati será apresentado amanhã à Comissão de Constituição e Justiça, a partir das 9h. A presidente da CCJ, Simone Tebet, disse que a votação do texto e de pelo menos um voto em separado — relatório apresentado por outro senador — só será concluída no fim da tarde.

Tasso já adiantou que deve fazer poucas altera-

ções no texto da Câmara, apenas suprimindo pontos, como o Benefício de Prestação Continuada, para que a proposta não tenha que retornar para nova análise dos deputados.

Ontem a Comissão de Direitos Humanos fez dois debates sobre a reforma da Previdência. Especialistas defenderam alterações nas regras para pessoas com deficiência e para aposentadorias por invalidez. E trabalhadores criticaram mudanças nas regras de aposentadorias especiais, que, segundo eles, poderão aumentar a pobreza. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado — 28/8/2019

Simone (D), ao lado do relator, Tasso, que pretende apenas suprimir pontos do texto para evitar retorno à Câmara

Parecer da reforma tributária sai este mês, diz Rocha

O relator da reforma tributária, senador Roberto Rocha, afirmou ontem que deverá entregar em duas semanas o relatório sobre a proposta à Comissão de Constituição e

Justiça. Segundo ele, o Senado pode aprovar a PEC e enviá-la à Câmara dos Deputados até o fim do ano. Hoje a CCJ faz audiência pública para debater o assunto.

O objetivo da reforma é unificar nove tributos federais, estaduais e municipais e, com isso, desonerar o consumo e reforçar a cobrança sobre a renda. **3**



Ex-deputado Luiz Carlos Hauly, relator da proposta na Câmara, e senador Roberto Rocha em entrevista coletiva ontem

Plenário pode votar hoje PEC da Cessão Onerosa

Está na pauta do Plenário de hoje a proposta de emenda à Constituição que permite à União partilhar com estados e municípios recursos arrecadados com

a cessão do direito de exploração de área do pré-sal para a Petrobras. A PEC é um dos principais pontos do pacto federativo.

O Plenário pode votar tam-

bém a proposta de emenda à Constituição que impõe limites a pedidos de vista e a decisões cautelares monocráticas do Supremo Tribunal Federal e demais tribunais.

Ministro da Educação debate hoje Médicos pelo Brasil 2

Faculdade de medicina do DF é homenageada em sessão 2

Jornalistas apontam crise de confiança na comunicação 2



Falta de médicos e de recursos são principais problemas da saúde pública

Fruto da Constituição de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) é considerado a maior política de inclusão do mundo. Mas os problemas são bastante conhecidos, como a demora para conseguir consultas e exames. Entre as causas, estão falta de recursos, de equipamentos e de profissionais. O SUS também é pressionado por fato-

res externos, como acidentes de trânsito e tabagismo.

No caso dos acidentes, a saída pode estar em um projeto que pune os condutores de veículos responsáveis por machucar ou matar pessoas no trânsito, ao dirigirem sob o efeito de álcool ou outra substância psicoativa. Eles serão obrigados a ressarcir o SUS pelas despesas. **4**



Prefeitura Nova Friburgo

População reclama de demora para conseguir consulta, exame e cirurgia

Senado celebra 18 anos de escola superior de saúde

Instituição pública do Distrito Federal é a única faculdade do país vinculada a uma secretaria estadual. Na sessão especial, senador Izalci Lucas exaltou a formação de mais de mil médicos e 400 enfermeiros

O SENADO HOMENAGEOU ontem, em sessão especial, a Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federal (ESCS), que completou 18 anos. De acordo com o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), a instituição já nasceu preparada para o século 21 e tem contribuído muito com a Secretaria de Saúde do DF.

Quando a escola foi criada, contou Izalci, havia muitas dúvidas se daria certo uma faculdade de medicina fora de uma universidade, vinculada à secretaria, e se os professores atuariam prioritariamente na assistência à população. Mas o senador afirmou que hoje todos reconhecem a qualidade dos profissionais formados pela escola.

— Sim, uma instituição de ensino superior pública de saúde fora das universidades.



Para Izalci (C), a escola tem contribuído com a Secretaria de Saúde do DF

Sim, a única do país que é vinculada a uma secretaria estadual de saúde. Sim, os professores são médicos que também atuam na assistência à população. Sim, os estudantes têm atividades práticas nos postos e hospitais da rede pública de saúde do Distrito Federal e, principalmente, sim, a experiência está dando muito certo e os mais de mil médicos

e quase 400 enfermeiros que já se formaram são profissionais do mais alto gabarito.

Atualmente a escola oferece 80 vagas para o curso de medicina e 80 vagas para enfermagem. Desde 2005, são oferecidas 48 vagas para o sistema universal e 32 vagas para o sistema de cota em ambos os cursos. A escola conta com 767 estudantes matriculados.

Debate: comunicação vive momento de descrença

A fragmentação da notícia no meio digital, a polarização política e a precarização da profissão de jornalista estão entre as principais causas da descrença com os meios de comunicação social. A avaliação foi feita ontem pelo presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), Francisco Belda, em audiência sobre liberdade de expressão no Conselho de Comunicação Social (CCS).

Belda apontou uma crise de confiança nos meios de comunicação e um crescimento do descrédito com que a opinião pública vê a opinião informativa. O fenômeno, segundo ele, não atinge somente a imprensa, mas o Poder Judiciário, o Ministério Público e as grandes empresas brasileiras, entre outras instituições.

Entre as causas da descrença, que extrapolariam os âmbitos jornalístico, sociológico, político e cultural, ele citou ainda a

desintermediação da notícia no meio digital, a geração de *fake news* e a adoção de filtros de notícia. Belda destacou ainda a existência de protocolos e indicadores de credibilidade, que já vêm sendo adotados por diversos meios de comunicação no Brasil e no mundo, como forma de distinguir o jornalismo de qualidade.

Para o advogado Lourival Santos, a liberdade de expressão é a base da inteligência, do progresso e do avanço cultural.

Secretária-executiva da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Cristina Zahar destacou a importância da liberdade de imprensa. Entre as iniciativas da entidade em defesa da liberdade de imprensa, ela citou os projetos Tim Lopes, Control X e Comprova, de apuração de notícias jornalísticas. E explicou que a Abraji monitora casos de violência contra jornalistas no Brasil. Dos atuais 156 casos, 85

referem-se ao assédio virtual, “que é a mais nova modalidade de intimidação de jornalistas no Brasil e no mundo”, afirmou.

O conselheiro Davi Emerich, representante da sociedade civil, disse que já existe um “império a favor da liberdade de imprensa bastante sólido no Brasil”.

Liberdade

A audiência foi realizada para subsidiar estudo sobre a liberdade de imprensa, solicitado pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA).

Ontem também, o conselho decidiu realizar em outubro, em data ainda a ser definida, um seminário para discutir os rumos do audiovisual brasileiro sob o governo de Jair Bolsonaro. O CCS ainda recomendou ao Congresso a aprovação do PLC 79/2016, que trata da nova Lei das Teles. A proposta está sob análise da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Ministro da Educação é convidado para debater Programa Médicos pelo Brasil

A comissão que analisa a MP que cria o Programa Médicos pelo Brasil (MP 890/2019), em substituição ao Mais Médicos, faz hoje audiência pública com a presença do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de um representante do Ministério da Saúde e de outro da secretaria de Educação Superior do Ministério

da Educação. Amanhã será realizada outra audiência, para a qual são esperados representantes da Associação dos Médicos Cubanos, da Associação dos Médicos Formados no Exterior, da Rede de Médicas e Médicos Populares, da Associação Médica Nacional Maíra Fachini e do Ministério da Saúde.

Meio ambiente é um assunto que o Congresso deve debater com urgência, afirma Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) afirmou em Plenário que o Congresso deve priorizar o debate de pautas de proteção ao meio ambiente. Para o senador, o Legislativo não tem trabalhado na construção de leis e políticas públicas que

garantam a preservação, o desenvolvimento sustentável e a soberania da terra.

— É preciso atenção urgente não só para com a Amazônia, mas também para com os biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDH Previdência e trabalho 9h Debater sobre previdência e trabalho no âmbito da Reforma da Previdência (PEC 6/2019)	PLENÁRIO Cessão onerosa 14h Análise da PEC da Cessão Onerosa.
CI Passagem de ônibus 9h Entre os 6 itens na pauta, o PLC 153/2015, que prevê a emissão nominal de passagem de transporte rodoviário.	CMO Crédito suplementar 14h30 Pauta com 7 itens, entre eles o PLN 11/2019, que abre crédito suplementar para as Justiças Federal e Eleitoral.
CAE Empréstimos a estados 10h Análise de mensagem (MSF 45/2019), que autoriza empréstimo para Aracaju. Depois, debate sobre diretrizes da Caixa para concessão de empréstimos a estados e municípios.	MP 884/2019 Cadastro Ambiental 14h30 Análise de relatório da MP que torna o Cadastro Ambiental Rural um sistema aberto a atualizações e novas inscrições.
CE Distrofia de Duchenn 11h Na pauta de 10 itens, o PL 2.118/2019, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Distrofia Muscular de Duchenn.	MP 889/2019 FGTS 14h30 Plano de trabalho e análise de requerimentos.
GASTOS PÚBLICOS Eleição 11h30 Instalação e eleição de presidente e vice-presidente da Subcomissão Temporária sobre a Qualidade dos Gastos Públicos e Combate à Corrupção, ligada à Comissão de Fiscalização e Controle.	MP 890/2019 Médicos pelo Brasil 14h30 Audiência sobre o Programa Médicos pelo Brasil.
CCJ Reforma Tributária 14h Debate sobre o Sistema Tributário Nacional.	PESSOA COM DEFICIÊNCIA Debate 14h30 Audiência para debater questões relacionadas à Síndrome de Tourette.
	CDH Coach 15h Audiência pública sobre atividade de coach no Brasil.
	MP 887/2019 Análise de relatório 15h Análise de relatório sobre a MP que prorroga, até junho de 2021, 30 contratos da Aeronáutica com o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI).

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

PEC da Previdência tem mais de 370 emendas

CCJ vota amanhã relatório de Tasso Jereissati. Tendência é que seja mantido o texto da Câmara, com algumas supressões, para evitar nova análise da proposta pelos deputados



A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) deve votar amanhã a proposta de emenda à Constituição da Reforma da Previdência. O relator da PEC 6/2019, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresenta a partir das 9h a complementação de seu voto inicial, lido na reunião de quarta-feira passada. Foram 376 emendas com sugestões de mudanças até ontem de manhã, das quais mais de 200 estão sem parecer.

— Há o complemento de voto às 9h da manhã, abro para possíveis votos em separado, teremos pelo menos um voto em separado. Vamos fixar um prazo para a leitura desses votos e, em seguida, abrimos para a discussão, encerramos a discussão e vamos para a votação. Provavelmente isso vai adentrar a tarde, acredito que a gente não consegue fechar antes das 4h ou 5h da tarde uma discussão como essa — disse



O relator, Tasso, ao lado da presidente da CCJ, Simone, para quem a votação só será concluída no fim da tarde

a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS).

PEC paralela

A tendência do relator é manter o texto da Câmara, apenas com algumas supressões de dispositivos como o do Benefício da Prestação Continuada (BPC), alteração que não resulta em nova análise da PEC pelos deputados. As mudanças

que Tasso considerou mais relevantes foram apresentadas em uma minuta de nova PEC, para tramitar em paralelo com o texto principal.

Nessa PEC Paralela, que ainda depende de 27 apoios de senadores para iniciar o andamento legislativo, estão mudanças como a inclusão dos estados e municípios na reforma, a garantia de que a

pensão por morte nunca seja inferior a um salário mínimo, e que o percentual acrescido à pensão, por dependentes menores de idade, saia dos atuais 10% para 20%.

No texto, que tramitará em separado, também estão previstas novas fontes de custeio para a seguridade social, com a cobrança gradual de contribuições previdenciárias das

entidades educacionais ou de saúde enquadradas como filantrópicas, mas com capacidade financeira, excluídas as santas casas de misericórdia.

Também haverá cobrança de contribuições previdenciárias do agronegócio exportador e do Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), para o financiamento de benefícios concedidos em decorrência de acidente de trabalho ou exposição a agentes nocivos. As novas tributações serão feitas de forma gradual e progressiva, ao longo de cinco anos.

Outras sugestões de mudança, por meio de emendas, podem ser incluídas nesse texto. A intenção de Tasso é não atrasar a votação do texto principal, para que seja votada e promulgada rapidamente. A previsão é que o texto votado na CCJ amanhã siga para análise em Plenário na sequência.

Para debatedores, regras para deficiência não podem esperar

Especialistas defenderam ontem, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), mudanças nas regras previstas para as pessoas com deficiência e para as aposentadorias por invalidez na proposta de reforma da Previdência já em análise no Senado, e não na PEC paralela sugerida por Tasso Jereissati.

— Há pontos básicos para a dignidade da pessoa humana. Deixar ajustes para depois tem um preço muito alto, de vidas — afirmou a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IB-DPrev), Thais Riedel.

A advogada considera um erro técnico da proposta considerar os mesmos cálculos para benefícios programados e para não programados.

Para o procurador Sérgio Caribé, do Ministério Público de Contas, um processo legislativo apressado pode comprometer o resultado. Ele defendeu regras de transição para pessoas com deficiência no serviço público.

Integrante da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Ana Claudia Figueiredo afirmou que não há sentido em diferenciar pessoas que ficaram incapacitadas em acidentes de trabalho e em outras situações. As dificuldades enfrentadas, lembrou, serão as mesmas.

O advogado Diego Cherulli chamou a atenção para Lei 13.846, de 2019. Ele considera inadequado que peritos recebam um bônus pelo indeferimento de benefícios.



Paulo Paim (C) preside debate na Comissão de Direitos Humanos sobre a proposta de reforma da Previdência

Mudança em aposentadoria especial recebe críticas

Com a reforma da Previdência, trabalhadores que atuam em atividades perigosas ou de risco à saúde perderão parte das vantagens que atualmente são garantidas pela legislação, alertou o especialista em direito previdenciário Tiago Kidrick, em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos.

— A situação dos trabalhadores de chão de fábrica, se aprovado o texto dessa forma, vai ficar muito difícil. Não tem uma transição para quem tem

perto dos 25 anos de tempo especial, e retira-se a possibilidade da conversão do tempo.

Kidrick apontou que a reforma acaba com a aposentadoria por periculosidade.

— A reforma está prejudicando os eletricitários e os vigilantes. A periculosidade foi considerada para se conceder uma aposentadoria por tempo de idade menor para os policiais militares, então é justo para o trabalhador da iniciativa privada também. É

uma questão de isonomia.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), disse que vai tentar sensibilizar Tasso Jereissati a manter as atuais regras de aposentadoria especial.

Para a representante da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), Adriana Stella, a PEC 6/2019 vai aumentar o desamparo e a pobreza.

— Os verdadeiros privilegiados são aqueles que recebem isenções fiscais e isenções tributárias — apontou.

Relatório da reforma tributária sairá neste mês, aponta relator

O relator da reforma tributária (PEC 110/2019), senador Roberto Rocha (PSDB-MA), afirmou ontem que deverá entregar sua análise à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em duas semanas. Segundo ele, o Senado tem condições de aprovar a PEC e entregá-la para a Câmara dos Deputados até o fim do ano. Hoje o assunto será debatido em audiência na CCJ.

O objetivo da reforma é unificar nove tributos federais,

estaduais e municipais no Imposto de Valor Agregado (IVA) e, com isso, desonerar o consumo e reforçar a cobrança sobre a renda.

— Não podemos falar em aumentar impostos no Brasil. A reforma será baseada em princípios de justiça social, para simplificar e modernizar o sistema, que é muito predatório, injusto e desigual. Penaliza muito os mais pobres. Temos que mitigar a regressividade — disse o

senador em entrevista.

A reforma em análise no Senado é a reprodução de um texto que estava parado na Câmara, apesar de já ter sido aprovado em comissão especial (PEC 293/2004). Relator daquela proposta, o ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PR) também participou da entrevista. Ele disse que as distorções tributárias no país vêm de longa data, provocam insegurança e sufocam a economia.

— Nenhum investidor bom tem vindo para o Brasil nas últimas duas décadas. Quem vem são os grandes oligopólios, que têm domínio mundial, investidores predadores, que compram setores econômicos mortos, ou especuladores — afirmou.

A proposta da reforma tributária tem como primeiro signatário o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e foi apresentada com o apoio de 67 senadores, mais de 80%

da composição da Casa.

O IVA substituirá nove impostos: IPI, IOF, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-combustíveis e CSLL (federais), o ICMS (estadual) e o ISS (municipal). A PEC também propõe um modelo de cobrança que permita a imediata distribuição do dinheiro arrecadado. Segundo Rocha, o governo tem insistido para que o IVA seja cobrado em duas alíquotas, uma federal e outra estadual e municipal.

SUS enfrenta falta de médicos e de recursos

Considerado a maior política de inclusão do mundo, o Sistema Único de Saúde ainda está longe de atingir seus objetivos: universalidade, igualdade e integralidade

Nelson Oliveira e Ana Luisa Araújo (sob supervisão)

NA NOITE DESSE domingo, dois homens se embriagavam no estacionamento de um supermercado de Brasília, a cerca de 8 quilômetros do prédio do Congresso. Eles apoiavam os copos no teto do veículo enquanto riam e passavam mensagens por celular. Estavam para sair, conforme disseram aos amigos do outro lado da linha.

Não se sabe o destino dos dois, mas o resultado da mistura de álcool e volante pode ter sido um acidente com morte ou lesão corporal. Se houve acidentados, foram atendidos por ambulância e unidade hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS). Sendo assim, ocuparam leitos e outros recursos que poderiam estar servindo a outros cidadãos. Alguém pode ter ficado sem acesso a remédios, aparelhagem de exames, médicos e enfermeiros.

Ontem, quando a segunda-feira raiou, haviam se passado 7 anos, 5 meses e alguns dias desde que o senador Wellington Fagundes (PL-MT) apresentara um projeto de lei para punir os condutores de veículos responsáveis por machucar ou matar pessoas no trânsito, ao dirigirem sob o efeito de álcool ou outra droga.

O projeto de Fagundes foi apresentado ainda durante seu mandato na Câmara dos Deputados, em 2012, mas tem enfrentado dificuldades na tramitação legislativa: depois de apensado a outras propostas, acabou prejudicado no exame de uma proposição que mudou

a Lei Seca.

Um ano depois de se eleger senador, Fagundes ressuscitou a proposta, aprovada em maio na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Tramita atualmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sob a relatoria do senador Fabiano Contarato (Rede-ES). “O gasto com esses acidentes representa um prejuízo muito grande por conta de um ato de irresponsabilidade. É importante que possamos preservar a vida e parar de desperdiçar tanto recurso”, explica o senador na justificativa.

Se for aprovado na CCJ e não houver recurso, o projeto seguirá para a Câmara.

— Apoio integralmente esse projeto. Que esses irresponsáveis, assassinos do asfalto, eximam o SUS de pagar essas contas. Isso se chama responsabilidade social — diz o engenheiro Fernando Diniz, presidente da Trânsito Amigo, organização não governamental dedicada à causa das vítimas de trânsito e seus parentes.

Para o SUS, o fardo desses atendimentos de emergência e pós-emergência representou R\$ 2,9 bilhões de 2009 e 2018.

Outro fator externo a pressionar o SUS é o conjunto das doenças causadas por maus hábitos. Segundo o doutor em cirurgia bucal e especialista em planejamento de sistema de saúde Eugênio Vilaça, o custo para aumentar um ano de vida de um usuário de cigarro com cirurgia por revascularização do miocárdio é de US\$ 25 mil. Taxar a venda de cigarros tem um custo infinitamente inferior: entre US\$ 3 e US\$ 50.

O reforço à luta contra os custos do tabagismo foi oferecido em maio pela Advocacia-Geral da União, que protocolou ação cobrando dos fabricantes de cigarro o custeio de gastos com



Wellington e Contarato: autor e relator do projeto que pune condutor alcoolizado



doenças relacionadas ao fumo.

Se conseguir aliviar as pressões externas indevidas, o SUS terá caminhado um bom trecho em direção aos seus objetivos primordiais: a universalidade, a igualdade e a integralidade. Mas o desafio ainda é grande.

Problemas

Fruto da Constituição promulgada há três décadas, o SUS é considerado a maior política de inclusão do mundo. Entretanto, por ter objetivo tão grandioso, comporta dificuldades de igual magnitude. Os problemas cotidianos enfrentados por seus usuários são bastante conhecidos: demora na marcação de consultas e na realização de exames, filas para conseguir cirurgias e lentidão no atendimento emergencial. Uma das causas “internas” são os equipamentos não inaugurados ou quebrados.

Outra, a principal, na opinião de especialistas, foi apontada em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) em junho: a má distribuição dos profissionais pelas regiões brasileiras.

Apesar da gravidade do quadro, no interior ou nos grandes centros, e da importância do SUS para um contingente de aproximadamente 200 milhões de pessoas, o senador Paulo

Paim (PT-RS) não vê os problemas do sistema colocados na ordem do dia por governantes e parlamentares.

— A pauta do Congresso, quem decide é o Congresso e os milhões de brasileiros que nos elegeram. E esses brasileiros gostariam que recolocássemos esse assunto de volta no centro do palco — anunciou o senador.

Para o consultor da Câmara Fábio Gomes, um dos problemas cruciais é o planejamento inadequado do sistema.

— No SUS, não temos plano de longo prazo, como o plano decenal na educação. Então não temos metas definidas para acompanharmos — afirmou, citando o Projeto de Lei 1.375/2019, do deputado Júnior Ferrari (PSD-PA), que instituiu o Plano Nacional Decenal de Saúde. O Plano Plurianual (PPA) seria igualmente um instrumento valioso, na visão do consultor.

Para resolver as carências no financiamento, ele recomenda ação coordenada entre mais verbas e melhorias de gestão.

No ano passado, o Conselho Federal de Medicina e o Ministério da Saúde divergiram publicamente sobre números. Em seus três níveis (federal, estadual e municipal), o poder público gastou R\$ 262,8 bilhões em 2017, de acordo com o CFM — por habitante, R\$ 1.271,65. Por dia, R\$ 3,48. Os valores estão abaixo do ideal e das referências internacionais.

“Aspectos como a maior incidência de doenças crônicas, o envelhecimento da população e o impacto crescente das causas externas têm gerado maior procura por produtos e serviços de média e alta complexidade”, observa Vital em informe do CFM. Ele destaca o efeito da desistência dos planos de saúde por desempregados na procura por cuidados básicos e ambulatoriais.

Em nota à imprensa, o ministério questionou a metodologia utilizada pelo conselho. Infor-

mou que os gastos, na verdade, alcançaram em 2017 o valor per capita de R\$ 1.320,48 — com aumento de 119% sobre 2008.

— Tem problema na gestão? Tem. Mas ninguém que estuda o tema está dizendo que é para tirar dinheiro. Até no plano privado tem problema de gestão — argumenta o médico e pesquisador do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes) Heleno Corrêa.

Para a voluntária do grupo “Movimento SUS: nós temos, nós cuidamos” Ana Paula Datoé, a explicação está no pouco tempo de vida do sistema, se levada em conta a sua dimensão. Já Paim avalia que as dificuldades financeiras do momento são provocadas pela Emenda Constitucional 95, aprovada há dois anos como instrumento de ajuste fiscal.

Para Fábio Gomes e Eugênio Vilaça, a viabilização das redes de atenção pode ampliar e qualificar o atendimento, assim como racionalizar o uso dos recursos. Essas redes permitem que municípios próximos compartilhem recursos e conhecimentos e garantam a universalidade no seu conjunto. As redes estão entre os requisitos para que a saúde pública opere de maneira eficiente na atenção primária, prevenindo doenças e dificultando o agravamento de moléstias.

“A forma de ação do SUS em relação às doenças cardiovasculares, com alta concentração de gastos na atenção terciária hospitalar, além de determinar resultados sanitários pobres, produz também resultados econômicos ruins”, observa Vilaça em estudo para a Organização Pan-americana de Saúde (Opas) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). “A razão principal desses precários resultados, sanitários e econômicos, no controle da hipertensão arterial sistêmica, reside no enfrentamento de uma condição crônica por meio de um sistema de atenção à saúde fragmentado e voltado para a atenção às condições e aos eventos agudos”, complementa.

Saiba Mais

Plano Nacional Decenal de Saúde
<http://bit.ly/PlanoDecenalSaude>
Ministério da Saúde
<http://bit.ly/SistemaUnicoSaude>
Conselho Federal de Medicina
<http://bit.ly/ConselhoFederalMedicina>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidania

Gastos em saúde



Valor aplicado em saúde em 2017
 R\$ 262,8 bilhões

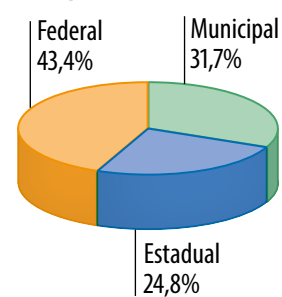


Total per capita
 R\$ 3,48 por dia



Valor contingenciado
 R\$ 174 bilhões (2003-2017)

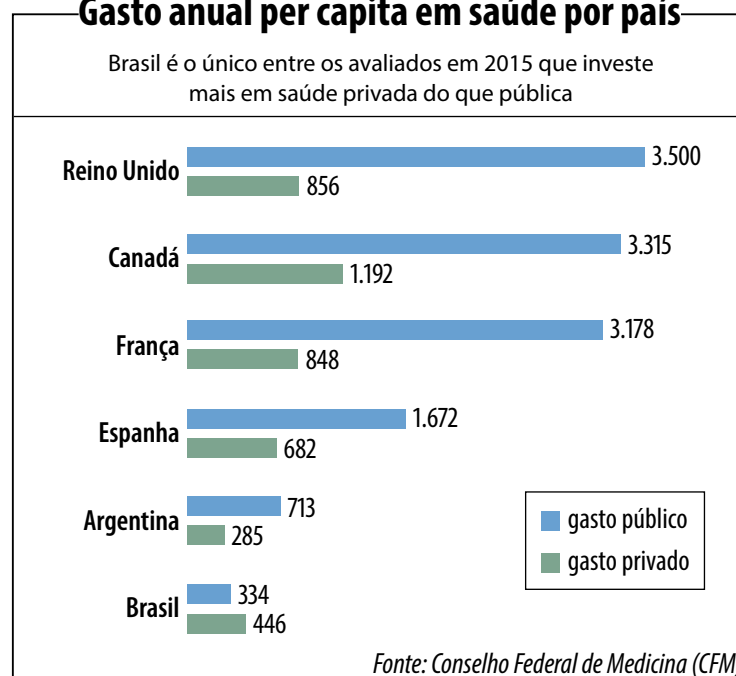
Gasto por esfera



Fonte: Conselho Federal de Medicina (CFM)

Gasto anual per capita em saúde por país

Brasil é o único entre os avaliados em 2015 que investe mais em saúde privada do que pública



Fonte: Conselho Federal de Medicina (CFM)